



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## MOVIMENTOS SOCIAIS, QUILOMBO E SERVIÇO SOCIAL

Áurea Dias<sup>1</sup>

Daline Lopes<sup>2</sup>

Douglas Mansur<sup>3</sup>

A construção deste trabalho foi um desdobramento das discussões, indagações e reflexões realizadas na disciplina de Movimentos Sociais, ministrada para o 5º período do curso de Serviço Social do UniFOA<sup>4</sup>. A temática dos movimentos sociais é importante na vida social bem como nos campos de estudo e investigação dos espaços universitários das áreas humanas e sociais. Uma das pretensões da disciplina era recuperar aspectos históricos e políticos dos movimentos sociais no sul fluminense, reconhecendo a relevância destes para o acesso a direitos de cidadania e para a constituição de espaços efetivamente democráticos.

A região sul-fluminense se destaca, dentre outros motivos por sua história de mobilização e participação social, com amor visibilidade para a organização sindical no final dos anos 80 com forte influência do chamado Novo Sindicalismo. O estudo dos movimentos sociais tem grande importância na estrutura curricular do serviço social, corrobora o projeto crítico desta profissão que pretende incutir uma perspectiva transformadora das relações sociais.

O estudo sobre os movimentos sociais adquiriu maior espaço e visibilidade a partir da década de 60 devido à própria ação dos movimentos e ao desenvolvimento de teorias sobre o social privilegiando a investigação a partir da sociedade civil. Os movimentos sociais passaram a ser compreendidos e estudados em diferentes abordagens.

Gohn ao fazer um estudo sobre as teorias dos movimentos sociais fornece quadros referenciais situados geograficamente e construídos a partir de contextos históricos e de lutas sociais específicas. São eles:

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço pela UFRJ, Assistente Social da Universidade Federal Fluminense e Professora Assistente da Universidade do Grande Rio. E-mail: [aureadias@bol.com.br](mailto:aureadias@bol.com.br)

<sup>2</sup> Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Professor Drº. da Universidade Federal de Viçosa.

<sup>4</sup> Centro Universitário de Volta Redonda, localizado no sul do estado do Rio de Janeiro.



- 1) O paradigma neopositivista elaborado com base na realidade norte-americana, caracterizado pela busca de representatividade estatal, integração social e institucionalização de conflitos;
- 2) Na Europa emergiram os paradigmas: histórico-estrutural com base marxista nas categorias de classe social, reprodução da força de trabalho e com ênfase no Estado; paradigma dos novos movimentos sociais baseado nos conceitos de cultura, identidade, subjetividade e representações. (Gohn, 2003).

Na América Latina os estudos foram fortemente influenciados pelo referencial europeu, inicialmente pelo paradigma histórico estrutural nos anos 70, em seguida pelo dos novos movimentos sociais na década de 80. No entanto as teorias importadas nem sempre se aproximam das particularidades da realidade latina marcada por um passado colonial escravocrata e de servidão, coronelismo, populismo, vigência de governos autoritários-ditatoriais.

No Brasil a década de 70 é importante para pensarmos os movimentos sociais pela emergência de vários movimentos e formas organizativas populares, os movimentos urbanos, o rompimento do sindicalismo com o corporativismo estatal. A ênfase no papel transformador destes movimentos, principalmente os movimentos urbanos populares, trazia embutido a valorização das massas e da idéia do povo como sujeito de sua própria história.

Este contexto de emergência dos movimentos está relacionado com a articulação de forças e instituições sociais como Igreja, intelectuais, partidos políticos que durante o período autoritário uniram-se aos movimentos populares em torno da luta pela redemocratização da sociedade. Destaca-se a contribuição dos estudos de Gramsci para análises dos movimentos que passam a ser vistos como instancias constitutivas de uma contra-hegemonia e como forma de fortalecimento da sociedade civil.

Dagnino (2000) identifica um marco teórico alternativo as abordagens marxistas tradicionais sob a influencia de Gramsci e analisa a redefinição dos conceitos de cidadania e democracia que emergiram na lutas dos movimentos sociais a partir da década de 70, contribuindo para novas visões das relações entre cultura e política pela esquerda latino-americana. Sugere que a ênfase no cultural como estratégia dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

movimentos sociais, não se resume à sociedade civil como espaço privilegiado da política, compreende que essa ênfase também pode ser estendida ao Estado e a institucionalidade política.

Segundo a autora a relação entre a cultura e política não constituiu uma questão central nos debates da esquerda nesse momento. Porém, uma visão de democracia veio integrar esse marco na prática e na teoria, o debate sobre democracia e sujeitos históricos tiveram espaços garantidos pela esquerda. O cultural, mesmo sem reconhecimento da sua importância, também fez parte do processo de renovação das concepções.

A contribuição da obra de Gramsci para a produção sobre movimentos sociais se destaca principalmente pelo conceito de hegemonia entendido como processo de articulações de diferentes interesses em torno de um projeto de transformação; pelo conceito de transformação social não mais preso a idéia de uma revolução insurrecional; e pelo conceito de sociedade civil como espaço de luta política caracterizada por pluralidade e heterogenia (Dagnino, 2000).

Na década de 80, com o processo de redemocratização do país e a explicitação das diferenças político-partidárias das forças que se aliaram na luta contra a ditadura, a ação dos movimentos sociais fragmenta-se a partir de projetos políticos diferenciados. Para Gohn neste período evidencia-se dois projetos políticos distintos, um transformador e outro institucionalizador. O primeiro contém elementos de negação da ordem societária, reivindica a participação popular; o segundo se constrói ao longo de um processo que revela a busca de mecanismos de controle e dominação do movimento popular pelo Estado através da cooptação das lideranças e da institucionalização de práticas e estratégias dos movimentos (Gohn, 1989).

O período histórico dos anos 80 foi fundamental para a luta pela transformação de uma cultura política marcadamente populista, clientelista e autoritária para a defesa de direitos, participação e cidadania. Foi o contexto de novas mediações entre Estado e sociedade civil e criação de novos espaços institucionais de participação garantidos na constituição de 88.

Os caminhos mais recentes apontam para uma busca de identidade dos movimentos sociais que se viram diante de novos desafios como a construção de uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

atitude propositiva; a capacitação técnica para propor políticas na interlocução com o poder público e procurar novas articulações com partidos e ONGs.

Tendo em vista a trajetória de lutas e reivindicações da região sul fluminense uma das propostas construídas na disciplina de movimentos sociais foi a investigação e reconstruir a história do movimento negro na região e sua importância e participação na discussão e implementação de políticas de promoção racial. A partir desta proposição é que foi formulada a pesquisa a respeito do Quilombo São José da Serra, uma temática já bastante explorada por outras áreas de saber mas ainda inovadora para o serviço social.

Após uma pesquisa preliminar (bibliográfica e de campo) sobre o quilombo São José da Serra (Valença/RJ), a qual permitiu-nos identificar que muitas das condições de trabalho desses quilombolas eram precarizadas, em grande parte em decorrência do fato de não terem a posse legal da terra, entre outros aspectos a serem explorados por esta pesquisa. Deste modo, vendiam sua força de trabalho em condições informais, sem vínculos trabalhistas, a proprietários das fazendas nos arredores, como uma forma de garantirem alguma renda para subsistência. Tal condição de informalidade, no âmbito de uma sociedade de economia capitalista e regime de trabalho contratual, pode ser encarado de diversas formas por esse grupo específico, sendo de grande importância verificar os significados que o mesmo adquire para o grupo.

Outro fato motivador dessa pesquisa são as recentes conquistas no processo de titulação das terras pelo Quilombo São José da Serra. Deste modo, a reivindicada autonomia no uso da terra, por parte desta população quilombola torna este momento propício para se analisar quais os efeitos do acesso efetivo à terra para eventuais mudanças nas condições de vida dessas populações e, em particular, no tocante às condições de trabalho e seus significados.

Ao analisarmos criticamente a história dos africanos e seus descendentes no Brasil verificamos que esta não significou passividade e apatia, mas sim “luta” e organização. Nesse sentido, quando pensamos a situação dos escravizados e dos libertos, também temos que considerar o tipo de sociedade existente naquele momento e as possibilidades desses sujeitos diante de um contexto que não previa nenhum tipo de integração e inserção social, tanto dos escravizados como dos libertos, na sociedade dos homens



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

livres. A esse processo de luta e organização negra existente desde a época da escravidão, podemos chamar de “resistência negra”.

A “resistência negra” ocorreu de várias formas durante o período escravocrata: insubmissão às regras do trabalho nas roças ou plantações onde trabalhavam; revoltas; fugas; abandonos das fazendas pelos escravos; assassinatos de senhores e suas famílias; abortos; quilombos; organizações religiosas; danças; cantos; entre outras.

Os quilombos, uma importante forma de “resistência negra” ao regime escravocrata, foram duramente perseguidos durante todo o período colonial. Em 1740, o conselho Ultramarino, órgão colonial responsável pelo controle central patrimonial, considerava quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles” (O’DWYER, 2002:47). Mesmo hoje, após centenas de anos, essa idéia distorcida de quilombo ainda permanece no imaginário da maior parte da sociedade. Insistir em tal conceito significa negar ou tornar invisível o verdadeiro sentido e a história dos quilombos.

Munanga e Gomes (2006) afirmam que os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, e em busca da implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política, na qual os oprimidos possam deixar de sê-lo.

Segundo Munanga e Gomes (2006) a palavra ‘Kilombo’ é originária da língua banto ‘umbundo’, falada pelo povo ‘ovimbundo’, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Federativa do Congo (antigo Zaire) e Angola.

Foram constituídos inúmeros quilombos no Brasil durante o séc. XIX, principalmente nas décadas finais do período escravista. Seus habitantes eram chamados quilombolas, mocambeiros ou calhambolas e foram perseguidos pelos senhores de escravos e pelo aparato militar colonial e imperial onde quer que estivessem. Alguns quilombos conseguiram sobreviver durante muitos anos, mesmo durante a escravidão. A maioria dos sobreviventes foram aqueles que se localizavam em áreas de maior isolamento e outros que mantiveram relações de alianças com índios, brancos pobres e demais populações. Em alguns casos, essas duas estratégias podem ter acontecido ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

mesmo tempo. Nesse sentido, quilombo não significava refúgio de escravos fugidos, tratava-se de uma organização fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativo e da criação de uma sociedade livre.

O tamanho dos quilombos variava muito, desde acampamentos de alguns fugitivos, às povoações com milhares de moradores. Sendo assim, temos exemplos como o quilombo Grande Mineiro com aproximadamente mil pessoas e o quilombo dos Palmares em Alagoas com cerca de 30 mil pessoas.

Como já foi dito, muitos quilombos surgiram a partir da fuga dos escravos representando um caso “de etnogênese cuja consolidação como grupo social se deu com o estabelecimento de territórios autônomos no interior da Colônia e a posterior defesa desses territórios frente a ataques externos, sendo a República de Palmares o caso mais conhecido” (LITTLE, 2002:5). Além desse caso específico, ainda há outras origens para os quilombos:

(...) como base nos múltiplos casos históricos no Maranhão, o conceito de remanescentes das comunidades dos quilombos não deve ser restringido a casos de fuga, mas precisa incorporar o amplo leque de situações no qual, em vez de grandes deslocamentos por parte dos escravos, houve a apropriação efetiva das grandes propriedades que entraram em decadência ou faliram, assim ‘aquilombando a casa grande’ (LITTLE, 2002:6).

Little (2002) acredita que a sobrevivência dos quilombos durante séculos deve-se, em parte, à estratégia da invisibilidade simbólica e social, que foi empregada pelos quilombolas. Junto à invisibilidade está o aspecto da marginalidade econômica e de sua localização em áreas intersticiais dos centros econômicos. Esses aspectos e estratégias, devido aos fluxos de interesse do mercado capitalista por recursos naturais e mercadorias, vão perdendo seus significados e as terras dos quilombolas passam a estar na mira das forças econômicas dominantes.

O sistema repressor da classe dominante utiliza-se de suportes econômicos que variam de acordo com a época histórica e a dinâmica da economia, sendo assim, torna-se importante perceber a mudança na lógica da luta dos quilombolas. Na época da escravidão, onde o valor do escravo era significativo economicamente, os quilombolas lutavam por sua liberdade, independência e dignidade, esse fato mudou com a abolição da escravidão em 1888, quando os ex-escravos foram totalmente negligenciados pelo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Estado e o interesse econômico que pairava sobre eles acabou. Com o decorrer dos anos o interesse econômico pelas terras onde os quilombolas tinham se estabelecido cresceu, obrigando seus descendentes a lutar pela posse das terras.

Entre os anos 70 e 80 do século XX, o conceito de quilombo foi recolocado no contexto nacional de abertura política que inspirou revisões: da história nacional e regional; da descoberta das comunidades negras rurais e da constituição do movimento negro na atualidade. Nessa época houve grandes mobilizações populares, em que estiveram envolvidos militantes do Movimento Negro Unificado, representantes de diversos quilombos, parlamentares negros, entre outros. Essas mobilizações tiveram seu ápice com o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 que garantiu: “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos específicos”.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou um marco, a dinâmica política do país sofreu uma forte influência do neoliberalismo que acabou por não efetivarem muitas das conquistas apresentadas no texto constitucional. Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo a primeira iniciativa para normatização dos procedimentos de regulamentação de terras quilombolas só ocorreu em novembro de 1995, quando o Incra editou a Portaria 307, que determinava que as comunidades quilombolas tivessem suas áreas demarcadas e tituladas. Somente em novembro de 2003, devido às lutas dos quilombolas, o Presidente Lula editou o decreto nº. 4.887/2003 que criou as condições para a retomada das titulações, através da adoção de uma conceituação adequada de comunidade e de terra de quilombo (utilizando-se do critério da auto-identificação), além da possibilidade de desapropriação de propriedades incidentes em terras quilombolas (quando necessário) e ainda atribuiu a competência de condução do processo ao Incra.

Observa-se que o movimento quilombola, mais fortemente organizado a partir de meados da década de 90, vai consolidando uma dimensão nacional e constituindo-se num interlocutor indispensável nos antagonismos sociais que envolvem uma territorialidade diferente da dominante. Ou seja, uma territorialidade



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

onde a propriedade privada inexistente e é valorizado o uso comum da terra, que segundo Little (2002:6) consiste “em processos sociais resultantes das contradições do próprio desenvolvimento do capitalismo”, empregando uma lógica econômica específica diferente da lógica do capitalista dominante.

## **I. O QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA**

O Quilombo São José da Serra é formado por 200 negros, a sétima geração desde os primeiros escravos comprados para trabalhar nas lavouras de café da Fazenda São José. A formação desse quilombo se deu com a abolição, quando foi doada verbalmente parte da fazenda para os então ex-escravos que construíram suas casas de adobe (tijolo de barro) cobertas de sapê, no alto da serra, à beira de um córrego.

As gerações seguintes reforçaram os laços sanguíneos e de solidariedade, sobrevivendo às muitas crises econômicas da agricultura, lutando pela subsistência e mantendo sua cultura. O traço marcante da cultura desse grupo é o jongo de São José que permaneceu intacto desde os tempos do Brasil colonial.

As famílias do quilombo assistiram as sucessivas gerações de herdeiros adiarem a promessa de legalização da doação verbal feita pelo primeiro proprietário. Nessas terras, os negros da São José constituíram um núcleo religioso e cultural procurado não só pelos moradores das cidades próximas, mas de vários outros pontos do Brasil e do mundo, que visitam a comunidade nos eventos que lá acontecem todo ano.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 significou uma injeção de esperança e ânimo para os quilombolas, que passaram a lutar pelo reconhecimento como remanescente de quilombo e pela titulação das terras. No dia 05 de abril de 1999, o Governo Federal reconheceu oficialmente a comunidade como “remanescente de quilombo” abrindo caminho para a titulação de suas terras, o processo de desapropriação da fazenda mostrou-se muito demorado. Muitos quilombolas não puderam sentir o gosto de serem dono de suas terras.

A área reivindicada e com a qual têm laços históricos e memoriais, correspondem apenas a atual fazenda São José (285 hectares), enquanto a área



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

delimitada no laudo remete toda a extensão da antiga Fazenda São José, que hoje corresponde a um conjunto de cinco grandes propriedades (830 hectares).

Em novembro de 2006, o Incra iniciou o processo de concessão da titulação das terras do Quilombo São José, sendo que essa concessão será maior do que a que eles vêm pedindo, compreendendo a aproximadamente 476 hectares.

## II. A VIDA E O TRABALHO NO QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA

A categoria trabalho tem um aspecto central na vida dos sujeitos sociais, vivermos numa sociedade capitalista caracterizada pela questão social. Segundo Marx, a desigualdade na distribuição dos meios de produção faz nascer duas classes: Trabalhadores e Capitalistas. A primeira nada tem além de sua força de trabalho para vender e a segunda é detentora dos meios de produção e do dinheiro. Os trabalhadores vendem sua força de trabalho para os capitalistas, força de trabalho que segundo Marx (1981:41) pode ser entendida como “(...) a totalidade das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva dum homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer espécie”.

Na sociedade contemporânea a questão social tem retornado ao centro das preocupações e sido amplamente discutida no mundo do trabalho. Observa-se hoje uma crise do trabalho e uma multiplicação e intensificação das expressões da Questão Social.

Quando pensamos numa crise do trabalho, partindo do princípio da centralidade dessa categoria na vida do homem, percebemos que ela influencia vários espaços da vida social humana, fazendo-se necessário verificar como essa crise atinge os quilombos, que são grupos com uma cultura própria, mas não isolados do restante da sociedade. Observando de perto esses grupos, fica clara a existência do hibridismo cultural, tornando-se importante verificar como a crise do trabalho e a questão social materializam-se dentro da dinâmica social dos quilombos.

Netto e Braz (2007:31), utilizam-se das reflexões de Marx, definem trabalho como:

(...) um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.  
(...) Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho.  
(...) Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. (...) O processo de trabalho (...) é a atividade orientada a um fim para



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidade humana, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, (...) comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1983 apud NETTO; BRAZ, 2007:31)

Lessa (2002) que utiliza-se das idéias de Lukács, para demonstrar que o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, deixando claro que é pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Com isso, podemos afirmar que só há existência social com trabalho.

As terras do quilombo são divididas entres seus moradores, sendo que algumas famílias se juntam pra fazer uma roça e outras cultivam suas roças sozinhas. Alguns (principalmente os aposentados) pagam para pessoas do próprio quilombo cuidarem de suas roças. O atual fazendeiro reduziu muito o tamanho dos quintais dos quilombolas, o que prejudicou o plantio das famílias, pois com menos terras planta-se menos e em menos variedades. Os relatos abaixo demonstram a importância do plantio para vida dos quilombolas:

“Minha vida foi meio igual a da minha mãe, nunca quis meus filhos cum fome. Só o que ganho não dá... Precisa trabalhar pra se viver... Ai junto tudo e dá pra viver... Planto milho, feijão, mandioca, batata e crio porco e galinha... Não dá pra comprar tudo... Tem que plantar para poder dar... O que colho é menos dinheiro que gasto... Ai é que dá...”

“Quando não colhe tem que comprar tudo... ai é difícil, mas Deus é quem sabe...”

O trabalho é visto como única opção de manter-se vivo, sendo somente através dele possível conquistar as formas de subsistência. Mesmo os quilombolas que recebem algum tipo de renda (aposentadoria e Benefício de Prestação Continuada) trabalham de alguma forma.

“Quem sempre trabalhou não agüenta parar. Sem trabalhar eu fico doente...”

“Até hoje eu trabalho... um vida de trabalho não dá pra deitar e dormi... Deixa pra eu fazer isso depois que morrer... Enquanto der quero cuidar da minha casa e da minha roça... Você viu meus milhos... Tão lindos... Planto milho e feijão.. Criava galinha também, mas o danado do bicho de dois pé roubou tudo... Bicho de dois pé e que usa tênis ainda por cima...(muitos risos)”

“O dinheiro que ganho não dá, tenho que fazer biscates e ainda cuidar da casa. Lavo roupa, faço comida... Tem que fazer de um tudo.”

Os relatos que seguem referem-se ao trabalho não só como atividade desgastante e depreciadora como também sem qualquer instância reguladora. O trabalho



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

rural só foi regulado durante a Ditadura Militar (1964-1985), pela Lei nº 5.889/73, regulamentado pelo Decreto nº 73.626/74 e no artigo 7º da Constituição Federal/88. A partir de 1974 foi assegurado ao trabalhador rural o rendimento de no mínimo o salário mínimo, devendo-se observar o piso salarial da categoria a que pertencer o empregado, sendo que, empregado rural é toda a pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

*“Esse negocio de assinar carteira é coisa nova, na época não era costume não... Essas modernidade não era pra nois...”*

*“Sempre trabalhei na roça... Pros fazendeiros e pro nosso consumo mesmo... Na capina, no plantio e na colheita...”*

*“Meu pai não tinha saúde, mas trabalhava muito. Era enxada numa mão e os remédio na outra de sol a sol. Depois que meu pai morreu, voltei pra ficar com a minha mãe. Não era justo minha mãe ter criado tanto filho e ficar suzinha. Eu e minha mãe fomos trabalhar juntas na roça, fiz muita roça com minha mãe... Depois fiquei muito doente sabe, acho que foi a quentura da chapa da cozinha do restaurante... cozinhou eu por dentro sabe... Ai tive que operar a vesícula, fígado e os rins... Era muita quentura o dia todo e pegava bem nessa região (apontando por abdômen).”*

*“Trabalho desde criança como baba e domestica... O pouquinho que ganhava eu mandava pros meus pais...”*

### III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população quilombola sempre esteve à margem de qualquer forma de cidadania, que segundo Outhwaite e Bottomore (1996:73) pode ser definida como a condição de membro de um estado-nação, sendo portador de direitos e deveres civis, políticos e sociais. A cidadania está relacionada às conquistas da classe trabalhadora, alcançada através de todo o processo histórico de lutas entre classes. Ou seja, os direitos sociais, políticos e civis, na maioria das vezes representam conquistas da classe trabalhadora, que podem ser ampliados ou reduzidos dependendo do desenrolar do processo de lutas entre as classes antagônicas .

O quilombo São José da Serra materializa-se como uma comunidade negra rural, tendo sido historicamente marginalizada e vítima dos preconceitos ligados ao meio rural e a raça negra. A luta pela titulação das terras e pelo trabalho, coloca-se como ponto chave para a vida desses quilombolas, que além de terem o direito de uso da sua terra negados, sofrem por lutarem contra essa violação, tendo seus os direitos ao trabalho afetados e sendo obrigados a buscar sua sobrevivência fora do quilombo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

#### **IV. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CAMPINHO (AMOC). Quilombo Campinho. Disponível em: <<http://www.quilombocampinho.org/>>. Acesso em: 10 Jun. 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP). Terras Quilombolas. Disponível em: <[http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i\\_brasil\\_rj.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_rj.html)>. Acesso em: 02 set. 2007.

IAMAMOTO, Marilda. Trabalho e Indivíduo Social. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Santa Catarina: NUER/UFSC, 2000.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

LESSA, Sérgio. Mundo dos Homens: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Renato; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. In Série Antropologia. Brasília: UNB, 2002.

MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. 2ª ed. Lisboa: 1981.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O Negro no Brasil de Hoje. São Paulo: Global, 2006.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social. José Paulo Netto. São Paulo: Cortez., 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v2n1\\_pesquisa.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm)>. Acesso em: 02 set. 2007.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. São Paulo: PrimaPagina, 2005.